

Nota de Abertura

A intervenção comunitária tem uma longa tradição no nosso país, particularmente nas áreas educacionais, de acção social em bairros degradados e na criação de instituições de apoio a grupos em desvantagem, como é o caso do trabalho desenvolvido pelas Misericórdias e outras organizações pertencentes a confissões religiosas e ainda as Instituições Particulares de Solidariedade Social.

O surgimento de Programas apoiados pela União Europeia como, por exemplo, os Programas de Luta contra a Pobreza, o HORIZON e mais recentemente o URBAN e o INTEGRA, aliados à responsabilização progressiva dos órgãos autárquicos na resolução dos problemas das suas comunidades, têm mobilizado um conjunto significativo de profissionais, muitos dos quais recém-licenciados em Psicologia, Sociologia e Acção Social que se confrontam diariamente com novos desafios teóricos e práticos, colocados pela intervenção no contexto comunitário.

Um dos maiores problemas da intervenção comunitária é a sua conceptualização teórica, dificuldade que surge em resultado do empirismo que o trabalho no terreno exige e pela ausência de uma investigação que funcione como fonte inspiradora da implementação e manutenção dos programas de intervenção. Por isso, pensamos ser essencial a inclusão nos estudos académicos das questões científicas colocadas pela intervenção comunitária.

Pensamos que a Psicologia Comunitária pode dar um contributo teórico valioso no sentido de aprofundar questões relacionadas com a prevenção primária, a perspectiva ecológica, os suportes naturais e a ajuda mútua, o empowerment e a participação comunitária, bem como as metodologias, os princípios e os valores da investigação participada.

O Instituto Superior de Psicologia Aplicada tem actualmente a funcionar no âmbito da licenciatura, a Área de Psicologia Comunitária que abrange um tema avançado com o mesmo nome, um seminário de investigação e de estágios. No sentido de se estruturar os projectos de investigação neste campo, foi criada a Unidade de Investigação em Psicologia Comunitária, que tem desenvolvido projectos em áreas como a integração comunitária de doentes mentais, mulheres vítimas de violência doméstica e violação, a organização e funcionamento de grupos de ajuda mútua e sobre questões de liderança e participação comunitária.

O Curso de Estudo Superiores Especializados (CESE) em Saúde Mental Comunitária tem proporcionado a um número significativo de profissionais a possibilidade de reflectir teoricamente sobre a sua prática e de se actualizarem sobre novas formas de avaliação e investigação.

Nestes 10 anos de trabalho desenvolvido no ensino e investigação da Psicologia Comunitária, con-

sideramos existir três áreas prioritárias que deveríamos continuar a pesquisar: a) a participação comunitária; b) o Empowerment e c) a Investigação-participada.

a) A participação e envolvimento da comunidade na resolução dos seus próprios problemas é algo que todos os intervenientes referem, mas que raramente é posto em prática.

Recentemente é possível observar em Portugal que as comunidades estão cada vez mais a organizar-se para resolver os seus próprios problemas, são disso exemplo, as mobilizações a que temos assistido em áreas como o ambiente, a segurança ou a vontade expressa de influenciar o planeamento dos seus próprios bairros. Curiosamente temos verificado um embaraço ou mesmo conflitos entre estes grupos de cidadãos e os seus representantes políticos, demonstrando uma incompreensão dos fenómenos emergentes de uma sociedade civil cada vez mais organizada e autónoma das estruturas político-partidárias.

Em relação aos profissionais no terreno, acontece um fenómeno semelhante, pois apesar de reconhecerem a utilidade deste tipo de participação, não a consideram como essencial e como ponto de referência das estratégias de desenvolvimento comunitário a estudar e a implementar.

Os fenómenos resultantes desta participação comunitária poderão ser a base de um campo privilegiado de estudo e investigação sobre os mecanismos utilizados na resolução dos problemas, os processos de liderança e a coesão e bem-estar proporcionados pelo envolvimento dos membros de uma comunidade.

Nas comunidades onde existam baixos índices de organização e participação dos seus membros, o papel dos profissionais deverá focalizar-se na dinamização dessas estruturas, naquelas comunidades onde existam objectivos de mudança definidos, deverão desempenhar então um papel de consultores e de suporte de modo a que os objectivos dos grupos-alvo sejam levados até ao fim.

b) O Empowerment é a filosofia que deve estar subjacente à intervenção comunitária, ou seja, é o ingrediente crucial para que as soluções dos problemas identificados pelos membros da comunidade perdurem no tempo e que estas assumam o controlo real sobre aquilo que lhes diz respeito.

O Empowerment pode funcionar como o critério base de avaliação das boas práticas de intervenção comunitária. Por isso, temos que permanentemente tentar encontrar respostas para as seguintes questões:

1. Será que a nossa intervenção está a contribuir para que a comunidade se torne mais autónoma na resolução dos seus próprios problemas?
2. Será que a comunidade está a criar os mecanismos, as estruturas de funcionamento de modo a poder decidir sobre os assuntos de uma forma que esteja de acordo com os seus interesses e valores?
3. Será que a comunidade está a criar as condições para que as soluções propostas possam perdurar no tempo?
4. Será que os agentes de intervenção se estão a sentir confortáveis pelo facto de não serem eles os principais protagonistas da intervenção comunitária?

c) A Investigação participada é um componente fundamental da intervenção comunitária no sentido de se garantir uma consonância entre a metodologia de investigação, os valores e os objectivos que se pretendam implementar.

A adopção deste pressuposto implica que teremos que repensar os nossos referenciais teóricos em termos de investigação e ter em consideração os seguintes princípios: a Investigação Participada 1. deverá beneficiar os participantes do estudo em curso; 2. o trabalho de campo deverá ser realizado no contexto comunitário onde o grupo em estudo se encontra; 3. deverá ser orientado para o estudo das potencialidades em vez dos défices; 4. deverá expressar as opiniões do grupo em estudo, possibilitando uma compreensão qualitativa; 5. deverá procurar descrever de forma autêntica os processos observados (perspectiva etnográfica). Outro princípio fundamental da investigação participada é a

colaboração dos participantes no estudo na conceptualização, elaboração dos instrumentos de medida, selecção dos procedimentos e avaliação dos resultados.

O contributo mais relevante que a Psicologia Comunitária poderá trazer para a intervenção na comunidade é a necessidade de se constituir um paradigma teórico que dê respostas específicas aos problemas colocados pelos fenómenos comunitários e que proporcione aos agentes de intervenção os instrumentos de pesquisa e investigação que facilitem a solução para os desafios colocados por este tipo de intervenção.

*Com este número de **Análise Psicológica** pensamos dar um contributo para o crescimento de um campo específico de estudo e investigação no domínio da intervenção comunitária com um artigo sobre as origens, fundamentos e áreas de intervenção na Psicologia Comunitária por José Ornelas – Instituto Superior de Psicologia Aplicada, os contributos de William S. Davidson e colaboradores, da Michigan State University – USA, sobre avaliação de parcerias num contexto comunitário, de Patricia A. Zapf e Ronald Roesch, da Simon Fraser University – Canadá, sobre Alternativas de avaliação da imputabilidade em doentes mentais e de Donata Franciscato em colaboração com Monica Morganti, da Universidade de Roma, sobre estratégias de empowerment nas empresas.*

*Neste número de **Análise Psicológica** também participam Margarida Gaspar de Matos – Faculdade de Motricidade Humana, sobre multicultura, Luis Silva Pereira, Instituto Superior de Psicologia Aplicada, com um trabalho antropológico sobre doença e grupo doméstico entre os Mapuche realizado no Vale Central do Chile, e ainda Paulo Ferrinho e Aldina Gonçalves da Universidade Nova de Lisboa, sobre desenvolvimento comunitário e reabilitação na comunidade.*

Pudemos também contar para a realização deste número com comunicações sobre Ajuda Mútua de Fátima Monteiro, sobre Suporte Habitacional e Integração Comunitária de Maria João Vargas Moniz docentes no CESE em Saúde Mental Comunitária – ISPA e, finalmente a comunicação de Luís Miguel Carvalho da Faculdade de Motricidade Humana sobre a escola como contexto multicultural.

JOSÉ ORNELAS